

Mãos à obra: porque Deus nos amou primeiro

Uma reflexão da teologia prática luterana sobre o “assistencialismo”¹

Evaldo Luis Pauly

Resumo

Quase todas as pastorais que enfrentam a pobreza no Brasil são acusadas de assistencialistas. É a crítica fácil do senso comum teológico. A Educação Popular, como insistia Paulo Freire, supera o senso comum por dentro dele mesmo! Esta é a concepção epistemológica que sustenta a crítica difícil de superação do assistencialismo através da inserção orgânica dessas pastorais nas esferas públicas não-estatais que controlam algumas políticas públicas. A Lei Orgânica da Assistência Social criou condições políticas objetivas para superar o assistencialismo: o Conselho Municipal de Assistência Social e todos os outros Conselhos com os quais se relaciona.

Resumen

Casi todas las pastorales que enfrentan la pobreza en Brasil son acusadas de asistencialistas. Es la crítica fácil del senso común teológico. La Educación Popular, como insistía Paulo Freire, supera el senso común por dentro del mismo! Esta es la concepción epistemológica que sustenta la crítica difícil de superación del asistencialismo, a través de la inserción orgánica de esas pastorales en las esferas públicas no-estatales que controlan algunas políticas públicas. La Ley Orgánica de la Asistencia Social creó condiciones políticas objetivas para superar el asistencialismo: El Consejo Municipal de Asistencia Social y todos los otros Consejos con los cuales se relaciona.

¹ A primeira versão deste texto atendeu um pedido do Conselho de Missão entre Índios (COMIN) da IECLB; foi discutido em 22.03.02, e, com base no debate, reescrevi-o.

Abstract

Almost all of the ministries that confront poverty in Brazil are accused of being “assistencialist”. It is an easy criticism for the theological common sense. The People’s Education (Popular Education) as Paulo Freire insisted, goes beyond common sense within itself! This is the epistemological concept that sustains the difficult criticism of going beyond “assistencialism” through the organic insertion of these ministries in the non state public spheres that control some public policies. The Organic Law of Social Work created objective political conditions that go beyond “assistencialism”: the Municipal Council of Social Work and all the other councils that relate with it.

Nas práticas das comunidades eclesiais enfrentamos o assistencialismo todos os dias. Quem não vive esse conflito é porque não está enfrentando a pobreza. Neste tema a

teologia perde as certezas para, talvez, alcançar alguma verdade. Espero que a leitura do artigo seja útil para o envolvimento das comunidades com o tema do ano.

Palavras usadas na prática de combate à pobreza

Caridade: É o jeito comum de as comunidades tratarem os pobres. As pessoas da igreja são caridosas e querem ajudá-los. As pessoas dão esmolas ou ajudam diretamente alguma família. Outras se organizam para fazer campanhas do quilo, bazares, livro-ouro, rifas... Boa parte da “pastorada” critica essa prática, chegando ao extremo de julgá-la como pecado por aliviar a consciência dos ricos. Eu prefiro valorizar o fato de a gente da igreja querer ajudar. É fato que a pessoa caridosa sente-se atingida pessoalmente pela miséria material das outras pessoas. Este sentimento moral é cada vez mais raro no

Brasil, embora seja comum na igreja.

Assistencialismo: É quando a prefeitura ou um deputado sozinho ou aliado com empresas, igrejas e organizações civis fazem caridade em troca de alguma vantagem política junto aos pobres e às pessoas caridosas. É uma prática política muito comum no Brasil, sendo promovida por partidos políticos populistas, conservadores e até mesmo por setores da esquerda. Nas formas mais agressivas, o assistencialismo sustenta a corrupção política.

Assistência social: São programas e projetos de enfrentamento à

pobreza planejados e executados por especialistas na área (assistentes sociais assessorados por psicólogos, pedagogos, médicos, teólogos, etc.). Tais projetos e programas se baseiam no diálogo, na parceria e na verdadeira comunhão entre o Poder Executivo, os usuários da Assistência Social e a sociedade civil organizada de forma paritária² no Conselho Municipal de Assistência Social. Tais projetos e programas são financiados pelo Fundo Municipal de Assistência Social, que está sob controle público direto. É o que define a Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS:

Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º - A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção à integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (hum) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo Único - A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Art. 3º - Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

² Paridade significa que os Conselhos são formados por número igual de conselheiros que representam o governo e conselheiros eleitos para representar entidades da sociedade civil (Art. 16 da LOAS). Consulte a lei municipal.

Assistencialismo dá o peixe. **Assistência social** ensina a pescar. **Cidadania e governo** democráticos organizam a produção e distribuição de caniço, linha e anzol. A **justiça** garante o acesso e a permanência na barranca de um rio bom de peixe. A

solidariedade popular recolhe e reparte as iscas. A sorte, a habilidade e a paciência individuais para fregar um peixe justificam as diferenças na produtividade e no rendimento entre os pescadores.

1. Tese para o debate: Com a LOAS não existe mais “assistencialismo” no Brasil.

2. Conseqüências políticas

Com o **poder legal** dos Conselhos e Fundos Municipais, só existe assistencialismo onde a sociedade civil ainda não consegue ou não quer controlar o governo. O controle social do governo é direito da cidadania. Ser controlado pela sociedade é dever do governo.

3. Conseqüências pastorais

A pessoa luterana sabe que é justa e pecadora. Não é por medo de pecar que deixa de fazer assistencialismo, mas por interesse político, o que também é pecado! Se me acusam de “assistencialista”, respondo com a liberdade cristã: “Claro que sou, e daí?”.

4. Conclusão

Ora, se não escapamos do assistencialismo, então vamos praticá-lo da forma mais racional, transparente, democrática e eficiente que nos permitir o Senhor da Igreja.

1. DIACONIA: Gesto de amor pessoal entre uma pessoa que ajuda e outra que recebe ajuda. Que a mão esquerda não saiba o que a direita faz. É assunto privado, particular, ninguém tem o direito de se meter. É o direito à privacidade, à liberdade de consciência. É a liberdade de amar.

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL: Gesto de solidariedade social, sempre público. Todos devem ficar sabendo de tudo. É direito coletivo, todos os que quiserem podem participar e têm o dever de se meter. A assistência social é direito coletivo da cidadania e dever do Estado democrático de direito.

3. CONCLUSÃO: Sempre que a diaconia ultrapassar o espaço privado, deve submeter-se ao Conselho Municipal de Assistência Social sob as penas da lei! Sempre que a diaconia for prática da comunidade, passa a ser uma prática política, portanto, pública, e precisa submeter-se à LOAS.

NÃO É FÁCIL PRATICAR ESSA DIFERENÇA, MAS É O MELHOR MODO DE VIVER EM VERDADEIRA PIEDADE CRISTÃ

O problema do assistencialismo se resolve com o jeito luterano de praticar boas obras. No coração da diaconia está o amor de Deus concretizado na cruz e distribuído pelo Batismo. Desse coração brotam boas obras que se manifestam, na sociedade democrática, sob a forma de programas ou projetos da política pública de Assistência Social promovidos no todo ou em parte pela sociedade civil, da qual as comunidades religiosas são parte integrante (Art.

2º Constituição IECLB). A diaconia como obra do amor de Deus em nós afeta nossa fé e diz respeito à comunhão dos santos. É assunto eclesiológico. A diaconia enquanto obra do nosso amor afeta a sociedade e é parte das coisas públicas que, na ordem republicana democrática, se estabelecem conforme a lei. É política. Aquilo que a nossa fé chama de diaconia, a sociedade chama de Assistência Social (AS).

Da fé diaconal e das boas obras na assistência social

Para a teologia evangélica é ilusão imaginar que o trabalho pastoral seja mais santo ou superior à ação governamental.³ Vai mais longe o Re-

formador: há assuntos em que a igreja não tem a competência do poder público para resolver.⁴ A teologia luterana é profundamente secularizada e

3 Martinho LUTERO, À nobreza cristã, *Obras Seleccionadas*, São Leopoldo: Sinodal, 1989, v. 2, p. 283. "Como, pois, o poder secular é batizado como nós, tem a mesma fé e Evangelho, temos que deixá-lo ser sacerdote e bispo e considerar seu ofício como ofício que pertence à comunidade cristã e lhe é útil".

4 Id., *ibid.*, p. 302: "Estabeleça-se que nenhuma questão secular seja levada a Roma, mas que todas elas sejam deixadas ao poder secular".

secularizante, vem daí a sua profunda humildade evangélica no serviço.

O Brasil vive, desde 1990, uma transformação política que afeta a prática da diaconia. A LOAS está eliminando o assistencialismo e diminuindo a influência da politicagem nesta área. A primeira grande transformação ocorreu no rastro das denúncias de corrupção envolvendo a extinta LBA (Legião Brasileira de Assistência) sob a presidência da ex-primeira-dama, Rosane Collor. No contexto do movimento pelo *impeachment* nasceu a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), lei nº 8.742, aprovada em 7.12.93. Na seqüência viria o Decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso que regulamentou o Fundo Nacional de AS, instrumento de garantia do efetivo controle social sobre os gastos públicos e a eficácia das ações de AS. Essa legislação atingirá os Estados e os municípios que aprovam respectivamente suas leis, a composição dos Conselhos, a aprovação dos Planos de Assistência Social e a organização das Conferências de AS. Nenhum país do mundo mobilizou e organizou tanta gente em tão pouco tempo. Somos

a melhor experiência de **democracia direta** do mundo contemporâneo. “Yes, nós temos banana... e democracia”. Há povos tão gentis e solidários quanto o nosso, mas não há povo que seja mais. Estamos lutando para acabar com o assistencialismo, o mandonismo político, a corrupção e a roubalheira com o dinheiro público destinado aos mais pobres dos pobres. Estamos construindo um sistema de Assistência Social ético e eficaz porque os Conselhos controlam as ações dos poderes públicos.⁵

A democracia representativa e direta, base de nossa República, dá **eficácia** à AS. As entidades de AS – estatais ou privadas – prestam um serviço público coordenado pelo Conselho e Fundo Municipais de AS. A garantia desta eficácia está na democratização efetiva dos serviços através da universalização do acesso e participação do usuário na gestão do sistema.

A **ética** apareceu pelo avesso na CPI do Orçamento que descobriu o envolvimento de entidades evangélicas nas corrupções parlamentares. As entidades assistenciais e filantrópicas da IECLB combatem esses cri-

5 Id., Das boas obras, *Obras Seleccionadas*, São Leopoldo: Sinodal, 1989, v. 2. Não haveria mal pior para os políticos do que os conselhos dos bajuladores. “Este poder (secular, NA) também apresenta uma série de abusos: em primeiro lugar, quando dá ouvido aos bajuladores, o que constitui uma praga comum e particularmente prejudicial deste poder; ninguém pode proteger-se e cuidar-se dela o suficiente.” (p. 155).

minosos que roubam dos pobres e sujam o bom nome de nossas instituições! Nós defendemos a ética republicana segundo a qual ao direito das entidades filantrópicas às isenções fiscais e verbas públicas corresponde o dever de prestar um serviço público equivalente. Nas entidades da IE-CLB prevalece a ética da transpa-

rência contábil, da lisura dos convênios com o poder público, do controle e da participação direta das pessoas envolvidas, da clareza dos objetivos de promoção do bem público. Vergonha na cara é, graças a Deus, uma virtude comum às linhas teológicas e aos presbitérios da Igreja.

Definição teológica de diaconia é o conjunto das expressões sensíveis da fé na cruz que fundamentam a esperança cristã quando as esperanças humanas estão enfraquecidas ou até mesmo completamente perdidas.

Definição política de diaconia é a ação assistencial da igreja como entidade civil. A diaconia utiliza tecnologias das políticas públicas: saúde, AS, educação, criança e adolescente, idoso, índio, negro, mulher, trabalho e renda, habitação, direitos humanos, segurança, etc.

Enfrentamento da pobreza no Brasil

A Assistência Social é uma **política compensatória** que visa transformar as condições estruturais que geram a pobreza. Que os pobres passem a trabalhar e entrem no mercado de consumo é um projeto político liberal. Para Locke (1632-1704), diferentemente de Hobbes (1588-1679), Estado justo é aquele que subordina sua própria liberdade às necessidades da produção econômica

gerada pelo trabalho. O Estado, para Locke, deve proteger o direito natural ao trabalho. A doutrina neoliberal do Estado mínimo nega esse princípio liberal ao aceitar o desemprego estrutural e rejeitar a política do pleno emprego no Estado de Bem-Estar Social.⁶ Para combater a pobreza, a exclusão e a violência, deve-se reconhecer o direito do cidadão ao trabalho e o dever do Estado em obri-

6 Norberto BOBBIO, *Locke e o direito natural*, Brasília: UNB, 1997.

gá-lo a trabalhar. Essa é também a tradição apostólica.⁷

O senso comum da esquerda diz que “o sistema capitalista necessita produzir pobreza”. Um estudo do IPEA afirma que “no Brasil a população pobre representa cerca de 30% da população total, nos países com renda *per capita* similar à brasileira esse valor corresponde a menos de 10%”.⁸ Pelo padrão capitalista internacional, sobra pobre no Brasil. Esta é a contradição da política social. Esses técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de FHC afirmam que “uma distribuição equitativa dos recursos nacionais disponíveis seria muito mais do que suficiente para eliminar toda a pobreza”.⁹ Ou seja, do ponto de vista macroeconômico a pobreza brasileira é desnecessária. O conceito central da teologia da libertação é o pobre, mas essa teologia não criou tradição diaconica.¹⁰ A maioria da esquerda e das teologias da libertação classificam quase tudo que a igreja faz pelos po-

bres como assistencialismo, justificção por obras, alívio de consciência, primeiro-damismo, conservadorismo, etc... Na verdade, a esquerda faz uma crítica moralista e não uma análise política da pobreza.

Desde a colônia, a AS é responsabilidade dos caridosos. A diaconia brasileira está marcada pela concepção medieval da benemerência pública e da caridade privada. A LOAS tem uma concepção moderna e científica de AS. Concebe-a como uma política pública, responsabilidade partilhada por família, comunidade e aparato estatal. Esta política trabalha com concepções técnicas desenvolvidas pelas pesquisas científicas do Serviço Social. Essa política pública, por lei, é definida nos Conselhos Municipais de Assistência Social. A AS, portanto, tem um pé no poder estatal e outro na esfera pública, um pé no governo e outro na sociedade. Há que se construir alternativas de governo e também de hegemonia na sociedade civil. Repensar o papel do Estado

7 Romanos 4.4: Ora, ao que trabalha não se lhe conta a recompensa como dádiva, mas sim como dívida.

8 Ricardo Paes de BARROS, Ricardo HENRIQUES & Rosane MENDONÇA, A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil, in: Ricardo HENRIQUES (Org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), p. 27. Trata-se de estudo macroeconômico qualificado de 739 páginas sobre a pobreza. Consulte também o *site* do IPEA para dados mais atualizados.

9 Id., *ibid.*, p. 30.

10 Veja Rodolfo GAEDE Neto, *A diaconia de Jesus*, São Leopoldo: Sinodal, 2001. Em especial p. 19-23.

e da sociedade civil é ir mais além tanto do Estado mínimo da proposta neoliberal, quanto da ideologia estalinista do Estado total que elimina a sociedade civil.

Há uma relativa liberdade e uma certa determinação a serem consideradas no enfrentamento à pobreza. Na teologia e na pedagogia reconhecemos que existe apenas uma determinada liberdade!¹¹ O poder da mor-

te foi vencido na cruz de Cristo. A vida permanece mais que vencedora. Há razão para a esperança. Esse é um bom fundamento teológico-prático da diaconia brasileira. Se nossa pobreza não é determinada pela escassez de recursos econômicos, mas por contingência política, então a fraternidade humana já é possível, embora ainda não tenha se estabelecido entre nós.

Servir por interesse?

A diaconia nasce do prazer concreto de servir ao próximo, do prazer de sentir-se e saber-se bom samaritano apenas pela fé. No entanto, porque permanece na fé, a pessoa que crê vai ao encontro da boa obra.¹² Na peculiar secularização da fé luterana, quem controla e define o que é boa obra não é mais a religião, nem o Estado, nem o doador benemérito ou

filantrópico, mas as próprias pessoas que sentem o prazer do convívio na sociedade organizada, no Estado e fora dele. Trata-se de exercitar o controle social deste serviço público estatal ou privado. A fé permanece no âmbito religioso da ação diaconal como razão do prazer na prática da fraternidade. A boa obra permanece no âmbito público da AS. A fé, na

11 Paulo FREIRE, *Pedagogia da indignação*, São Paulo: UNESP, 2000. “Para mim, em nome da ética, não da ética do mercado, mas da ética universal do ser humano, para mim, em nome da necessária transformação da sociedade de que decorra a superação das injustiças desumanizantes. E tudo isso porque, condicionado pelas estruturas econômicas, não sou, porém, por elas determinado. Se não é possível desconhecer, de um lado, que é nas condições materiais da sociedade que se gestam a luta e as transformações políticas, não é possível, de outro, negar a importância fundamental da subjetividade na história” (p. 57).

12 Martinho LUTERO, *Das boas obras, Obras Seleccionadas*, São Leopoldo: Sinodal, 1989, v. 2. O Reformador fala na criação de um *habitus* bem ao estilo de Bourdieu. Tal disposição moral para o bem nasceria, na opinião de Lutero, do mesmo modo que “um homem e uma mulher espera amor e estima do outro”. Quando uma pessoa quer seduzir a outra, é a confiança “que lhe ensina tudo isto, e mais do que o necessário. Para essa pessoa não há diferença nas obras. Ela faz o que é grande, demorado e muito com o mesmo prazer que faz o que é pequeno, breve e pouco (...).” (p. 104s).

alegria pessoal e eclesial. A boa obra, na alegria pública e universal.

Para além do prazer de fazer diaconia, temos a necessidade ética de promover o aprendizado do prazer. Servir e ser servido é prazeroso. A diaconia é um fardo leve.¹³ A teologia da Reforma nasce da oposição dialética entre fé e boas obras para provocar uma ruptura epistemológica com o senso comum. Se as boas obras não levam nossas almas caridosas para o céu, que, pelo menos, conduzam nossos corpos para um convívio social mais prazeroso. A Teologia da Libertação ainda está muito marcada pela negação do prazer porque não priorizou a contradição entre fé e boas obras. Hoje, graças às conquistas democráticas das esferas públicas não-estatais consolidadas nos diversos Conselhos paritários, temos liberdade para assumir posições menos moralistas. A nossa teologia pode fazer o que Boaventura propõe como multiculturalismo necessário à luta emancipatória das esferas contemporâneas:

O marxismo, como o liberalismo,

só conheceu a igualdade, não conheceu a diferença. Só soubemos criar solidariedade entre iguais, por exemplo, entre trabalhadores, mas e entre trabalhadores e mulheres? Entre trabalhadores e índios? Trabalhadores e homossexuais? A nossa lógica não soube criar equivalência entre o princípio da igualdade e o da diferença.¹⁴

Estamos num novo tempo e lugar, e nesta nova conjuntura é estratégico inserirmos as igrejas nos diferentes espaços sociais criados pela intervenção política do “campo democrático e popular”.¹⁵ As igrejas perderam espaço político para as organizações civis e partidos políticos. A igreja foi libertada do poder político pela conquista popular, democrática e republicana. Livre do poder político, a igreja se dedica à sua tarefa primordial: testemunhar o amor de Deus crucificado. A secularização da sociedade promove a emancipação da cidadania. Interpreto a provocação de Lutero aos teólogos para que “deixem Deus ser Deus” no sentido

13 Parece que Paulo desenvolveu uma teoria cristã do prazer. Romanos 7.22: Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; 2 Coríntios 12.10: Pelo que sinto prazer nas fraquezas, nas injúrias, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias, por amor de Cristo. Porque, quando sou fraco, então é que sou forte.

14 Entrevista do autor à Revista *Teoria & Debate*, n. 48, p. 32.

15 Conceição PALUDO, *Educação popular em busca de alternativas*, Porto Alegre: Tomo, 2001.

da proposição ética de Tarso Genro ao discutir a necessária contradição entre democracia e corrupção:

As relações entre moral e política são, portanto, as relações que estamos vivendo empiricamente e podem ser fundamentadas num plano puramente histórico. As relações entre ética e política têm outro estatuto, pois exigem, para a sua fundamentação, argumentos ontológicos (...), sem as mediações da vida histórica.¹⁶

A reflexão abstrata necessária sobre política e ética escapa da faticidade, fundamentando uma ontologia do ser ou não ser corrupto que não admite concessão. Se é ou não se é pecador. Essa é a lógica da ontologia luterana. Para a justiça passiva não há diferença teológica entre

pecado e pecadinho. As diferenças de graduação interessam à justiça ativa que considera os fatos. Na América Latina estamos avançando na democratização a partir de baixo, dos pobres, dos pequenos. Estamos deixando de fazer política como fazemos religião. Nossos simbólicos pais e mães da política, no fundo, são seres mitológicos. De Evita a Vargas, um a um estão sendo sepultados.¹⁷ No velório, estamos nos dando conta de que estamos órfãos, sozinhos e livres. Estamos construindo novos mitos fundadores: o poder popular como fundamento do poder republicano, a democracia sob a dupla forma da representação e da participação direta, a identidade político-partidária arraigada e respeitosa, a eficiência social e econômica do controle social sobre o aparelho estatal, etc...

Educação popular e egoísmo libertador

O egoísmo liberta mais que a ilusão do livre-arbítrio ou a conscientização, como se diz hoje. Peca forte, é a provocação de Lutero. Um dos problemas políticos brasileiros é que o povo não é egoísta que chega. O

egoísmo e o interesse coletivamente assumidos libertam. Freire já o percebia nos anos 60, pois diante do assistencialismo os

assistidos vão sempre querendo

16 Tarso GENRO, Racionalidade em crise, *Teoria & Debate*, n. 48, p. 24, jun./jul./ago. 2001. A citação é usada contra a argumentação do filósofo Gianotti, que justifica os deslizes éticos das alianças políticas do governo FHC.

17 Marilena CHAUI, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

indefinidamente mais e os indivíduos não assistidos, vendo o exemplo dos que o são, passam a inquietar-se por serem assistidos também.¹⁸

Freire trabalhou 10 anos no SESI do Recife. Dava assistência aos pobres industriários do Nordeste na década de 50. Desenvolvia atividades assistenciais sem dar-lhes caráter predominantemente assistencialista. Nesta entidade patronal, Freire reunia-se com pais para discutir assuntos como: disciplina e surra, alfabetização e cartilha, etc... Essas discussões temáticas envolviam as crianças, os professores, a direção e os pais.

Eu não era, como não sou, contra a assistência que prestávamos, mas contra o *assistencialismo* que anestesia a consciência política de quem recebe a assistência. A assistência é boa, necessária e, em certos momentos, absolutamente indispensável.¹⁹

O senso comum da esquerda imagina que o assistencialismo impediria a conscientização política e seria conservador por natureza. O ca-

minho para a conquista do poder político as esquerdas do Brasil já estão abrindo. O problema da esquerda hoje é conservar-se no poder mantendo-se como esquerda democrática e socialista! Esse é um problema real, não é imaginário. Objetivamente, a tecnologia da conservação no poder foi desenvolvida pelo assistencialismo! Nós precisamos transcender essa tecnologia existente, desenvolvendo um assistencialismo de esquerda. A crítica moralista contra o assistencialismo ignora essa necessidade.

Fui eleito pastor na Paróquia São Marcos da Comunidade Evangélica de Porto Alegre, onde servi de 1985 a 1996. No período, a Paróquia implantou o Projeto DMD 1577 financiado pela Federação Luterana Mundial, de Genebra. Através dele foi possível financiar a construção de um salão de múltiplo uso, a reforma da cozinha da OASE para instalar uma pequena padaria. O colega que me antecedeu trabalhou com as senhoras para que saíssem da indiferença em relação aos pobres. Passaram a ajudar com ranchos e outras doações algumas famílias das vilas próximas. Aos poucos foram sistematizando a coleta e a distribuição desses ranchos. As pessoas assistidas deveriam par-

18 Paulo FREIRE, *Pedagogia do oprimido*, 11. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 177.
19 Id., *Cartas a Cristina*, São Paulo: Paz e Terra, 1994, p. 129.

ticipar dos cultos e de palestras de informação, normalmente voltadas para a economia doméstica, porque as senhoras caridosas da igreja sabiam que precisavam ensinar a pescar. Foi um avanço extraordinário: da indiferença para o envolvimento. Quando cheguei à Paróquia, esse grupo de mulheres estava duvidando de sua prática assistencial que já acumulava seis anos. Discutiram sobre ela e desistiram do modelo, porque os pobres não devolviam objetos que emprestavam das mulheres da Paróquia: berços, nebulizador, carrinhos de bebê, muletas.

Inicialmente as senhoras sentiram-se aliviadas sem o compromisso de ajudar os pobres. No entanto, nas visitas familiares elas me diziam que estavam sentindo falta de alguma coisa. Queriam fazer algo pelos pobres, sem dar esmola. A superação do assistencialismo veio da reflexão democrática sobre a prática assistencialista. Pela sensibilidade das senhoras foi possível racionalizar o sentimento cristão da caridade. Nascia a justificativa do projeto **Oficina do Pão**. Começou com o jeito de minha esposa ver as coisas. Enquanto eu presidia o culto dos adultos no piso superior da antiga sede paroquial, ela e duas mu-

lheres realizavam o culto das crianças na garagem. Por causa do calor, deixavam a porta aberta e o inevitável acontecia: crianças das famílias da vila Santa Clara e do Morro da Embratel, que antes ganhavam ranchos, ficavam espiando o culto das nossas crianças, dependuradas nas grades do portão. Não foram expulsas do portão. Vieram mais crianças pobres e as nossas crianças abriram o portão. Houve constrangimento inevitável e construtivo. Pouco depois as crianças e as mulheres assavam bolachas durante o culto infantil. Tinha começado o projeto da Oficina do Pão. Foi o primeiro passo. Aí foi só articular com a Prefeitura e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre. A Oficina funciona desde 1993 e já passou por três pastorados. A forma e a gerência da Oficina do Pão através de convênio entre uma entidade civil, um Conselho paritário e um governo de esquerda permitiram uma prática diaconal libertadora. Sem partir desde dentro do assistencialismo não é possível uma ação diaconal libertadora. Na igreja, a esquerda tem de partir da piedade, pois esta é a base objetiva para uma ação-reflexão-ação libertadora.

Prática diaconal entre fé e obra, lei e evangelho

Nossa prática diaconal é democrática por razões confessionais e legais, porque a lei determina praticá-la no interior das esferas públicas não-estatais. Esse é um lugar inusitado no qual nenhuma outra igreja cristã jamais viveu. Somos desbravadores. Nenhuma teoria diaconal pensou e praticou o que nós estamos pensando e praticando no Brasil. Essa diaconia ou será nossa, ou não será da igreja cristã. O avanço da igreja de Cristo no campo da diaconia libertadora no mundo hoje depende de nossa experiência e reflexão.

A relação entre fé e obras proposta por Lutero, seguindo a tradição paulina, é uma relação racionalizante, secularizante e anti-religiosa. Essa é a tese fundamental de minha argumentação: Lutero faz uma análise materialista da religião. Faz uma crítica da religião mais radical que as de Nietzsche, Marx e Freud. Lutero segue os passos de Jesus e Paulo: deseja e pensa a religião desde uma teologia secularizada. Quase toda a Bíblia mostra que a fé judaica e a

cristã constituem-se enquanto esforço popular de libertação das amarras da religião.²⁰ A Bíblia é contra a religião e nos pede e nos anima a permanecermos na instituição e na cultura religiosas! Somos enviados ao mundo, mas ao mundo não pertencemos. Somos ovelhas enviadas para o meio de lobos. Não nos cabe ingenuidade. Sou religioso por causa da fé, não por causa da religião, mais ou menos no sentido que lhe deu Bonhoeffer: “Em lugar da religião está agora a Igreja – isto não é bíblico – mas o mundo, por assim dizer, fica entregue a si mesmo, o que é um grave erro.”²¹

Não vejo problema em ser pastor e estar a serviço da igreja e, ao mesmo tempo, ser um democrata secularizado que se esforça para se libertar de suas ilusões religiosas. Religião é uma coisa, fé é outra. Para a fé cristã, a religião é uma expressão cultural que deve ser acatada para, pedagogicamente, ir sendo superada pelo diálogo crítico com a comunidade religiosa da qual somos membros.²² É a mesma estratégia propos-

20 Veja diferentes livros de Ciro Flamarion CARDOSO, *Sociedades do antigo Oriente próximo*, São Paulo: Ática, 1986; *O trabalho compulsório na Antigüidade*, Rio de Janeiro: Graal, 1984; *A cidade-estado antiga*, São Paulo: Ática, 1985; *Antigüidade oriental: política e religião*, São Paulo: Contexto, 1990; *O Egito antigo*, 8. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

21 Dietrich BONHOEFFER, *Resistência e submissão*, 2. ed., Rio de Janeiro/São Leopoldo: Paz e Terra/Sinodal, p. 134. Trata-se da emblemática carta de 5.5.44.

22 Martinho LUTERO, Das boas obras, *Obras Selecionadas*, São Leopoldo: Sinodal, 1989, v. 2. A partir da definição da igreja como casa de oração, Lutero compreende a igreja como reunião de

ta por Paulo Freire para superar o senso comum popular desde dentro dele mesmo, de modo a se chegar ao senso científico, racional, possível e democrático. Do mesmo modo tentou Bultmann com a proposta de demitologização. Assim, devemos agir em relação ao sentimento da caridade, ao desejo de aliviar a consciência, à ingênua ilusão de salvar a alma pela prática da esmola.

As boas obras não produzem o homem bom, pelo contrário, o homem bom produz boas obras. Parece que a bondade humana é uma qualidade que pode ser medida, avaliada, construída, etc... A bondade não depende da fé. Embora toda fé produza bondade, nem toda bondade é fruto da fé. Reinterpreto a dialética luterana medieval das “boas obras” no contexto moderno da democracia através da dinâmica republicana da “responsabilidade cidadã”, que hoje chamamos protagonismo.

O problema da política na igreja é a enorme resistência de sua intelectualidade institucional para entrar na disputa política como entram as

outras instituições sociais. A igreja não é melhor e nem pior que ninguém. A democracia moderna e republicana faz da igreja uma entidade civil igual a qualquer outra. É o sentido universalista que lhe dá a democracia. Por que será que nós temos essa necessidade de não sermos como qualquer um? Por que a igreja tem de ser especial e diferente? Somos melhores porque temos fé?

É compreensível que o clero tenha dificuldade com essa universalidade baseada em algo muito material e objetivo: o interesse próprio! As instituições e as pessoas entram no jogo democrático para defender seus interesses. O clero deseja, ilusoriamente, colocar-se acima da materialidade da vida que se expressa na defesa dos interesses próprios. O clero tradicional identifica a defesa dos interesses próprios com pecado. Ora, isso é idealismo. Merecemos a cruz de Jesus porque somos pecadores. Somos igreja porque somos pecadores.²³ Admitir outra possibilidade é, no fundo, desqualificar a luta política de defesa intransigente dos interes-

peças que dialogam profundamente entre si e com Deus. “Ali, em conjunto e em concórdia, devemos tomar as necessidades nossas e de todas as pessoas, apresentá-las a Deus e suplicar graça.” (p. 133).

23 *Id.*, *ibid.*: “Deus não é hostil aos pecadores, e sim unicamente aos descrentes, isto é, aqueles que não reconhecem seu pecado, nem o lamentam nem procuram ajuda para isto junto a Deus, mas, em sua audácia, querem primeiro se purificar a si mesmos e não querem necessitar de sua graça, não o deixando ser um Deus que dá a todo o mundo e nada toma em troca.” Para a pastoral indigenista, por exemplo, essa hostilidade de Deus me parece revolucionária.

ses das classes populares. Para entrar na política, como qualquer uma das outras instituições, a igreja precisa perder a ilusão de não ser pecadora, de não ser assistencialista. O problema é exatamente perder a ilusão. Freud e Lutero demonstraram o quanto nos custa perdermos as ilusões. Para fazer política, antes de mais nada, há que se ter um estômago especialmente vocacionado para engolir muito sapo e digerir muita sujeira. O povo luterano é sábio: política é coisa suja, sim! A começar pela minha própria opção política. O fari-saísmo moderno condena quem faz política por interesse! Como se fosse possível e honesto fazer política por outra razão!

Creio que nossas igrejas não entram na política pela ingênua soberba de quem deseja estar acima das demais instituições da sociedade civil. A igreja não é melhor que ninguém. E nem pior! Não existe nenhuma entidade civil brasileira com abrangência nacional sustentada por contribuição voluntária de 750 mil filiados. A IECLB é uma igreja popular por sua estrutura e organização civil. É capaz de reunir talvez de 5 a 10% de suas bases semanalmente

para o culto, encontro celebrativo, identitário e formativo.

Assim, o fato de o projeto diaconal envolver pessoas de fé em nada o diferencia de um projeto científico e moderno de AS. A fé não se ensoberbece, antes se dilui, se dissolve como o sal que preserva o peixe pela importância do peixe, e não do sal! É o Espírito Santo e não o agente diaconal que infunde fé através de qualquer boa obra diaconal! Obra é obra e fé é fé. Fé celebramos na igreja, obra fiscalizamos no Conselho Municipal de AS. Se a igreja aceitar o jogo democrático, a sociedade democrática valorizará a presença da igreja. Esta tem sido minha experiência pessoal desde 1989. O jogo da democracia só jogam democratas, as concepções antidemocráticas – teológicas ou não – serão reprimidas. Nenhum fundamentalismo é compatível com o jogo democrático, que só pode aceitar fundamentações éticas racionais que se submetem ao critério do diálogo público. Tal diálogo é a condição necessária e, às vezes, suficiente para enfrentar e vencer o assistencialismo desde dentro do coração assistencialista.

Evaldo Pauly

Escola Superior de Teologia
Caixa Postal 14
93001-970 São Leopoldo – RS
epauly@est.com.br